Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

**E-ISSN 2238-5533**
Volume 25 | nº 2 | 2020
Artigo recebido em: 03/04/2020
Aprovado em: 08/08/2020

**Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra**
Pedagogo, doutor em Educação UFMT, docente do PPGEN/IFMT e líder do Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina - GEAC

**Michele Tomoko Sato**
Doutora em Ciências, docente PPGE/UFMT, líder do grupo pesquisador em educação ambiental, comunicação e arte- GPEA

**Imara Pizzato Quadros**
Licenciada em Artes, Doutora em Educação pela UFMT, docente do IFMT/PPGEN

# O CURRÍCULO DO PROJOVEM CAMPO/MT E O DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS CAMPONESAS

The curriculum of Projovem Campo / MT and the dialogue with environmental education: challenges between peasant politics and practices

## Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre a inserção da Educação do Campo no Campus São Vicente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT). O objetivo é descrever o currículo do Projovem Campo como eixo central das discussões, em diálogo com a Educação Ambiental. Optamos pelo estudo de caso por acreditarmos que as interpretações deste processo não poderão ser generalizadas para todos os lócus dessa política pública. Como resultado, foi possível mapear e identificar as associações, cooperativas, empreendimentos de economia solidária etc. Todos esses elementos foram fundamentais para discutirmos a dimensão curricular do Projovem Campo em diálogo com a Educação Ambiental.

**Palavras- chave:** Projovem Campo; Currículo; Educação Ambiental; Educação do Campo.

**Abstract**

This article aims to reflect on the insertion of Rural Education in the São Vicente Campus of the Federal Institute of Mato Grosso (IFMT). The main objective is to describe the curriculum of "Projovem Campo" Programme, as the central axis of the discussions, in dialogue with Environmental Education. We chose the case study because we believe that the interpretations of this process cannot be generalized to all locus of this public policy. As a result, it was possible to map and identify associations, cooperatives, solidarity economy enterprises, etc. All these elements were fundamental to discuss the curricular dimension of Projovem Campo in dialogue with Environmental Education

**Keywords:** Projovem Campo; Curriculum; Environmental education; Rural Education.

## Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa mais ampla de uma tese de doutoramento na área da Educação, que foi concluída em 2014. O objetivo desse trabalho foi de compreender a inserção da Educação do Campo no Campus São Vicente, pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Para a compreensão dessa inserção, a pesquisa tem na descrição dos fenômenos abordados (campo, formação e políticas públicas) o seu universo investigativo. Desse modo, procuramos descrever e interpretar de que forma poderá ocorrer uma Educação dialógica entre as distintas concepções de Educação (instituição tecnicista e Educação do campo).

Neste artigo, dos três fenômenos abordados, vamos privilegiar o item da formação, mais especificamente da Educação do Campo por meio da Especialização "Projovem Campo: saberes e fazeres da terra". Iremos abordar os seguintes desafios, extraídos dentre aqueles identificados durante a pesquisa: execução-gestão; currículo; e desdobramentos do programa. Discutimos especificamente sobre o item que corresponde à proposta curricular e ao seu diálogo com a Educação Ambiental.

Considerando a imensa dimensão territorial do estado de Mato Grosso, os limites geográficos, as distâncias entre os vários Campus do IFMT e os diferentes estágios em que se encontravam outras especializações de Educação

do Campo na instituição[1], o nosso recorte privilegiou uma descrição, por meio de um estudo de caso, somente sobre o processo pedagógico da Educação do Campo ocorrido no Campus de São Vicente. De acordo com Stake (1991, p. 11):

> De un estudio de casos se espera que abarque la complejidad de un caso particular [...] Estudiamos un caso cuando tiene un interés muy especial en sí mismo. Buscamos el detalle de la interacción con sus contextos. El estudio de casos es el estudio de la particularidad y de la complejidad de un caso singular, para llegar a comprender su actividad en circunstancias importantes.

Para a realização do estudo de caso, optou-se pela descrição detalhada da Especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo "Projovem Campo: saberes e fazeres da terra" (400h), que foi ofertada em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD/MEC) e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT). A especialização possibilitou a formação de 120 professores-educadores de todo o estado. O processo formativo em questão ocorreu em dois polos, sendo uma turma em São Vicente (no próprio Campus) e a outra na cidade de Colíder, no local do "Território da Cidadania". A proposta curricular do programa Projovem Campo privilegia a Pedagogia da Alternância e um trabalho integrado de quatro áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Matemática e Linguagens e suas Tecnologias) na perspectiva de uma Educação do Campo contextualizada (BRASIL, 2009).

A especialização teve seu início em abril de 2009. Conforme o projeto/termo de cooperação estava previsto que o IFMT do Campus São Vicente atendesse a duas demandas. O recorte temporal da pesquisa vai de agosto de 2010 até julho de 2012, correspondendo ao período no qual um dos autores esteve à frente (enquanto coordenador) do processo formativo. Sob essa gestão-coordenação, nesse período foi possível realizar os seguintes eixos formativos (módulos da especialização): Economia Solidária (Eixo V); Desenvolvi-

[1]Ao participar do "5.º Fórum Pedagógico: Educação do Campo na contemporaneidade do IFMT", no ano de 2010, teve-se conhecimento de que há pelo menos quatro especializações em Educação do Campo na instituição (Campus São Vicente: Projovem Campo e Educação do Campo: desenvolvimento e sustentabilidade; Campus Confresa: Educação do Campo e Sustentabilidade; Campus Cáceres: Educação do Campo: saberes pantaneiros e a socioeconomia solidária).

mento Sustentável e Solidário: com enfoque territorial (Eixo VI); e Metodologia da Pesquisa e Produção do TCC I (Eixo VII).

A primeira turma/demanda da especialização, por diversos motivos burocráticos relacionados à gestão-execução do curso, não concluiu a formação no tempo previsto (até a conclusão desta pesquisa[2]); a segunda demanda nem sequer começou. Tais fatos apontam para entraves e aprendizados que chamaremos de "desafios entre a governabilidade e a governança", conforme discussões feitas por Senra *et al* (2013 e 2017).

Como a dinâmica dos momentos formativos da especialização privilegiou a construção do conhecimento por Grupos de Trabalhos (GT), foi possível a sistematização escrita desses grupos. Para a compreensão do Projovem Campo, optou-se pela observação e pesquisa participante durante os eixos formativos (V, VI E VII) e também pela interpretação de algumas produções-sistematizações escritas pelos discentes da especialização, formando este estudo de caso como um todo.

Para ilustrar melhor nosso aporte metodológico de estudo de caso, a figura I: "Compreensão dos desafios do Projovem Campo" apresenta as etapas de um processo que denomino como "Desafios da governabilidade e da governança do Projovem Campo". Tal processo envolve a descrição da execução, da gestão, do currículo e dos desdobramentos do programa. Neste artigo, iremos abordar apenas o item relativo ao Currículo.

[2]A certificação dos professores-educadores que participaram da especialização só foi concluída por meio de EDITAL IFMT SVC No 13/2016 – CONVOCAÇÃO DE DISCENTES MATRICULADOS NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO: SABERES E FAZERES DA TERRA NO IFMT CAMPUS SÃO VICENTE. Acesso em: http://svc.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/editais-2016/.




**Figura I: Compreensão dos Desafios do Projovem Campo**

O objetivo deste artigo é descrever sobre o segundo desafio do programa Projovem Campo (conforme demonstra a Figura I), sendo o currículo o eixo central das discussões, em diálogo com a Educação Ambiental. A proposta do Projovem Campo aborda o conceito de "desenvolvimento rural sustentável" nos cadernos de formação (SCHMIDT, LIMA & SECHIM, 2010), assim como o de sustentabilidade. Sabe-se que a ideia de desenvolvimento sustentável é algo que está em disputa, sendo palco de controvérsias na área ambiental.

Para estabelecermos um diálogo entre Educação do Campo e Educação Ambiental, recorremos às sistematizações feitas nos processos formativos. Essas sistematizações ocorreram pela dinâmica da formação de Grupos de Trabalho (GTs). Esses GTs possibilitaram o relato das experiências-vivências, das dificuldades e das táticas de superação referentes às temáticas e aos conhecimentos de cada eixo.

Com isso, foi possível identificar e mapear os empreendimentos de Economia Solidária e os empreendimentos correlacionados (associações, cooperativas etc.). Eles fundamentais para a discussão sobre a Educação do Campo. Essas e outras temáticas compõem a discussão do currículo do Projovem Campo. Assim, ao abordar (no eixo VI) a discussão da sustentabilidade que extrapola os muros escolares a contribuição conceitual da Educação Ambiental (EA) para a Educação do Campo é sulear.

Esses três desafios do Projovem Campo (Execução e Gestão; Currículo e Desdobramentos) constituem as discussões inerentes à dimensão praxiológica da pesquisa, apesar de apontarmos o fato de a governabilidade estar presente na elaboração das políticas públicas e dos entraves burocráticos e de gestão institucional desta especialização. A Educação do Campo se for apropriada pelos seus sujeitos, pode se tornar uma política pública pela governança, descrevendo, assim, o processo formativo do programa no estado de Mato Grosso, traduzindo-se em uma Educação significativa e que se põe em movimento.

## Desenvolvimento: Segundo desafio do Projovem Campo: o currículo e a contribuição da Educação Ambiental

Para além de perceber o Estado como um agente ofertante de serviços educacionais, os movimentos sociais do campo reivindicam a Educação enquanto direito dos povos do campo[3] e dever estatal. O movimento social do campo reconhece que a escola é um direito que muitas vezes foi negado aos povos do campo, seja pela própria política pública da Educação Rural, que deixava esse público relegado a segundo plano (ou a instrução mínima), seja pela adaptação (ARROYO, 2007) e "lugar que qualquer coisa vale" do currículo das escolas. Uma das principais músicas da Educação do Campo, intitulada "Não vou sair do campo", de composição de Gilvan Santos, também expressa essa

[3]O conceito de campo adotado é o de: "um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas" (BRASÍLIA, 2013). Portanto, os povos do campo ampliando o conceito de camponeses/as ou de campesinato, são aqueles que estão inseridos nestas territorialidades e que tem na produção de subsistência sua maneira de vida e de reprodução.

reivindicação do direito dos povos à Educação, de que ela aconteça no campo (CALDART, 2007), nos territórios e lócus de saberes e práticas sociais dos camponeses.

Problemas de comunicação, de logística, de financiamento, administrativos e pedagógicos se apresentaram como obstáculos a todo o processo educativo do Projovem Campo/MT. Contudo, todos estes aspectos podem contribuir para uma autoavaliação da instituição, e da gestão, pensando o seu papel enquanto gestora e executora da formação e também do processo educativo como um todo.

> A razão que levou governança a se tornar um termo importante na política e na pesquisa educacional está ligada a mudanças profundas na área da Educação. Essas mudanças envolvem especificamente os instrumentos e os meios de direcionamento, as novas formas de proporcionar e organizar os serviços educacionais e o surgimento de novos atores na política educacional (AMOS, 2010, p. 25).

Por um lado, "aprender com o erro", pelo primeiro desafio da governança e da governabilidade do Projovem Campo, faz-nos redesenhar novos caminhos para a formação na perspectiva da Educação do Campo; por outro lado, devemos evidenciar que os elos entre a instituição e os movimentos sociais deveriam ir para além da mútua cooperação. É fundamental uma reconfiguração na gestão pública, pela gestão coletiva das políticas públicas. Assim é o desejo/reflexão de nossas pesquisas.

> Argumentar que o conhecimento é socialmente construído, em geral, quer dizer que o mundo em que vivemos é construído simbolicamente pela mente, através da interação social com os outros e é extremamente dependente da cultura, contexto, costumes e especificidade cultural (...). A pedagogia crítica questiona como e por que o conhecimento é construído da maneira como é e como e por que algumas construções da realidade são legitimadas e celebradas pela cultura dominante, enquanto outras claramente não são (MCLAREN, 1997, p. 202).

Ao pensar nesse segundo desafio do Projovem Campo, baseamo-nos nas contribuições da Educação Ambiental, que são pertinentes à Educação do Campo, em torno do currículo. Partimos do pressuposto de que tanto a Educação do Campo e a Educação Ambiental, nas suas essências históricas, surgem dos movimentos sociais. Com o processo de institucionalização, ocorre uma distorção dos princípios e conceitos que representam este "patrimônio histórico-legal" (MOLINA & ROCHA, 2013) de ambas.

Não só com o processo de institucionalização, mas essencialmente no momento político-econômico e no contexto que se encontra a Educação, podemos exemplificar a apropriação dos conceitos de Educação do Campo e de Educação Ambiental pelos setores hegemônicos da sociedade. Molina & Rocha analisam o processo histórico da Educação do Campo e destacam dois momentos: primeiro "na crise do latifúndio é que a Educação do Campo avançou colocando ações do estado em favor dos trabalhadores do campo, com as disputas de fundos públicos para financiar a Educação do campo" e o segundo momento; "o agronegócio coloca a Educação a serviço do sistema hegemônico" (2013).

Estas evidências foram demonstradas nas discussões sobre a relação entre a globalização, o neoliberalismo e a Teoria do Capital Humano (TCH) e sua influência (ou constituição) da Educação Profissional. Assim, palavras e expressões eminentemente usadas nos movimentos sociais, tais como "sustentabilidade", "Pedagogia da Alternância" e a própria designação "Educação do Campo", estão sendo usadas de qualquer modo, incorporadas aos discursos dos grupos hegemônicos que veem o campo não como um lugar (da especificidade e de sujeitos), mas lugar do agronegócio, da exploração, da destruição do campesinato, dos sujeitos e das vidas (naturais e culturais) do campo.

O próprio Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Especialização em Educação do Campo "Projovem Campo: saberes e fazeres da terra", ao ser elaborado pelo Diretor de Ensino do IFMT (que foi o primeiro coordenador do projeto), traz na organização curricular a expressão "Alternância Pedagógica". Aparentemente, a instituição e os proponentes desconhecem todo o histórico da Educação do Campo, dos movimentos sociais, da gama de conceitos oriundos do processo histórico envolvido. São meros demandantes/ofertantes, ou acreditam veementemente apenas na dimensão estritamente técnica e negam a dimensão política de um projeto educativo, já que são capazes de "inventar" termos novos ou inverter um conceito consagrado, como é o da Pedagogia da Alternância.

O PPC, ao trazer as palavras "Alternância Pedagógica", não está mais do que referendando o caráter técnico e instrumental, além da dimensão

desenvolvimentista que está inerente a própria concepção da Educação profissional (desdobramento mais visível da modernidade). Ao simplesmente alternar os termos, negligencia-se que há outros tempos e outros ensinos-aprendizados que estão fora da institucionalização (o tempo comunidade, por exemplo). Tais tempos pertencem ao âmbito da cultura, do ambiente e do local de vida humana. Passos (1998, p. 459) explicita que esse tempo:

> O tempo da modernidade é um tempo desqualificador dos tempos que o precederam. Até porque é um tempo linear, ascencional. Sua afirmação autoconsome seu tempo passado. É tempo vetorial que supera os anteriores. Tempo voraz de progresso imarcescível.

Porém, pensar a organização curricular na perspectiva dos tempos de ensino-aprendizagem (tempo-escola e tempo-comunidade), que é a proposta da Pedagogia da Alternância, e não da "alternância pedagógica", é algo que surge das Casas Famílias Agrícolas – CFA. Isso foi apropriado pelos movimentos sociais do campo e faz parte dos princípios e concepções do Projeto Base do Projovem Campo (BRASÍLIA, 2009).

Pensar a Pedagogia da Alternância é reconhecer os diferentes tempos pedagógicos, é reconhecer que a dimensão da Educação vai muito além da escolarização, que para além de conhecimentos científicos há sabedorias nos tempos e espaços da escola-comunidade. Sabendo disso, os movimentos sociais do campo não querem romper com a escola, mas ressignificá-la para que, pela Pedagogia da Alternância, haja um diálogo de saberes entre os diferentes tempos e espaços, tocando nos "nervos e ossatura" do tempo escolar. Conforme afirma Passos (1998, p. 479):

> Mexer na estrutura temporal é mexer na mola mestra, na pedra angular, na raiz central dos processos educacionais e nas pessoas debaixo desses processos – é por isso que o tempo escolar brasileiro sobreviveu a todas as reformas com molduras e adereços diferentes, sem ter sido todavia tocado em seus nervos e ossatura.

Desse modo, denunciamos essas apropriações indevidas; defendemos que devemos ter um olhar crítico sobre os conceitos e perceber "contra quem a Educação está a serviço" (FREIRE, 2000). Não pretendemos discorrer sobre todo o currículo do Projovem Campo, mas alguns conceitos e definições precisam ser explícitos. Para isto, iremos nos atentar para o Eixo V: Economia Solidária e para o Eixo VI: Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial. Se há uma Educação hegemônica se apropriando de temas

e bandeiras de lutas dos movimentos sociais, ao definir os conceitos e territórios transpassamos a denúncia, na ousadia de propor uma Educação contra-hegemônica e libertadora.

Na execução dos eixos curriculares da especialização, retomo[4] o princípio metodológico do projeto e trabalhei pensando na efetivação da práxis pedagógica de cada área do conhecimento com os saberes sociais/locais de cada sujeito. Assim, cada eixo contou com um professor-formador das quatro áreas de conhecimentos e os conceitos fundantes eram realizados também em forma de grupos de trabalhos e discussão coletiva.

Ao trabalhar a proposta de Grupos de Trabalho – GT foi possível dinamizar as atividades pedagógicas (para além do formato aula-tradicional), na proposição de alcançar alguns resultados concretos condizentes com cada realidade vivida nas turmas do Projovem Campo.

> As conquistas da luta lenta e gradual em prol dos interesses da classe trabalhadora e do seu projeto de escola ocorrem no palco largamente dominado pelos determinantes dos grupos hegemônicos tradicionais. Contudo, novos saberes e contra-saberes vêm marcando espaços de transformação. Uma sociedade civil mais democrática e crítica está em gestação na contenção aos poderes que sustentam as desigualdades sociais. A consciência social do trabalhador do campo não se desvincula das suas conquistas para uma Educação escolar necessária ao exercício de sua cidadania (THERRIEN, 1993, p. 49).

Tanto o Projovem Campo quanto as Orientações Curriculares para a Educação do Campo no estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2010) trazem consigo esta aproximação em relação às questões da Educação Ambiental. Ao discutir sociedades sustentáveis e desenvolvimento sustentável nos seus aspectos curriculares, conceituais e metodológicos, há um avanço no que diz respeito a outros setores educacionais. Ao trazer a pauta da Educação Ambiental, os próprios movimentos sociais do campo evidenciam que a sua luta contra o agronegócio (estandarte do capitalismo mundial) se efetiva ou se contrapõe justamente pela questão ambiental e modelo de sociedade.

## Resultados e discussões

[4] O presente artigo ora estará escrito na primeira pessoa do singular, ora estará escrito na primeira pessoa do plural. Pelo fato de que um dos autores ao coordenar a especialização, não se coloca como neutro neste processo, mas, sobretudo, assume que a Educação é uma dimensão política na perspectiva Freireana.

Ao reivindicar uma nova concepção e novos cuidados para as questões ambientais, os movimentos do campo estão buscando alternativas para esse modelo de exploração da terra, que mais do que nunca vem demonstrando que está levando o planeta ao aquecimento global e a degradação. Por isso, a agroecologia é uma destas alternativas ao uso da terra, indo na contralógica da exploração da monocultura e do latifúndio. Nessa perspectiva, a Educação do Campo deve aprender com a Educação Ambiental Crítica[5] e adotar como *slogan*, princípio e bandeira de luta o termo "sustentabilidade". Deve, assim, defender a construção de sociedades sustentáveis, e não de desenvolvimento sustentável.

A realização do "Eixo VI" da especialização teve como temática principal: "Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial", baseado nos Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo: saberes e fazeres da terra (SCHMIDT, LIMA & SECHIM, 2010). Diante do conceito de "desenvolvimento sustentável" adotado pelo Caderno Pedagógico, é preciso reafirmar e demarcar o território conceitual, os princípios e as bandeiras de lutas dos movimentos sociais, para que conceitos como "sustentabilidade" na institucionalização da Educação do Campo e da Educação Ambiental não se torne um conceito homogêneo, hegemônico, privilegiando apenas um projeto de vida, de sociedade.

Se a Educação do Campo na perspectiva institucionalizada (acadêmica) é recente, a busca da identidade e dos conceitos pode ser via Educação Ambiental em uma atitude dialógica permanente. Quem sabe assim pode-se construir uma proposta de uma Educação Ambiental Campesina (SATO, 2011) que, para além de emanar-se, pode caminhar/peregrinar juntas. É nesta demarcação conceitual que nos embasamos nos autores Medeiros (2007), Meira & Sato (2005), Sato (2008) e Zakrzevski (2004) para esse diálogo que demarca os voos desejáveis de ambas as educações, sem a pretensão de analisar os conceitos trazidos no caderno, mas fundamentalmente interpretá-los nas suas diferenças epistemológicas para, assim, ampliar os horizontes nas práticas e di-

[5] Estamos chamando aqui de Educação Ambiental Crítica todo o arcabouço epistemológico educacional que tenha os princípios de uma educação progressista, oriunda da educação popular e dos movimentos sociais e que se opõe a uma educação tradicional e burguesa, assim como também fazemos referência ao percurso histórico da própria Educação Ambiental.

mensões éticas dos projetos de Educação e de campo em cada escola-comunidade, território.

O Caderno apresenta-se como uma síntese de todo processo formativo que "resgata elementos dos Cadernos anteriores", já que pela Coleção de Cadernos do Projovem é o de número cinco e tem como objetivo central "referendar a reflexão sobre temáticas centradas na perspectiva do debate das possibilidades de Sustentabilidade da Agricultura Familiar" (SCHMIDT, LIMA & SECHIM, 2010). Destaco também que o caderno traz outros objetivos, para além dos marcos conceitual, afirmando o seguinte:

> Identificando os problemas e saberes relacionados a cada eixo temático e resgatar as sínteses elaboradas individual e coletivamente no processo formativo, potencializando a construção de novos conhecimentos que podem viabilizar o surgimento de uma nova cultura no campo brasileiro, que tenha como horizonte a Agricultura Familiar de base agroecológica e, portanto, sustentável [...] concretizem em projetos de intervenção produtiva, sociocultural e ambiental, num contexto em que os jovens desenhem seus projetos de vida (SCHMIDT, LIMA & SECHIM, p. 14-15, 2010).

Após o estudo dos conceitos inerentes ao caderno, optou-se por formalizar o currículo da especialização (Eixo VI) em duas etapas durante uma semana. A primeira parte (todas as manhãs) seria a parte mais conceitual, abordando temas relevantes à temática do eixo; na segunda parte (todas as tardes), prosseguiu-se com a dinâmica da divisão de GT para que pudessem ser feitas as sínteses dos saberes de cada local (escola-turma Projovem Campo).

O Eixo começou com a apresentação do Caderno "Desenvolvimento Sustentável", demarcando principalmente a diferença conceitual entre Desenvolvimento Sustentável e Sociedades Sustentáveis. Destaco também como temáticas relevantes ao eixo: O Projeto Ambiental Escolar Comunitário-PAEC (MATO GROSSO, 2004 & SENRA *et al*. 2009) e o texto: "Um Olhar sobre a Educação Ambiental no Brasil e em Mato Grosso" (TRISTÃO, 2009 e JABER *et. al*. 2009). Também foram mobilizadas apresentações por áreas de conhecimento: o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZEE) e a criação do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS); a Biodiversidade em diálogo com a Educação Ambiental; Conceitos, Produção e Criação Iconográfica sobre sustentabilidade.

O caderno também traz o conceito de "utopia", lançando como desafios a conquista da sustentabilidade e a concretização dos projetos de vida dos jovens agricultores. A utopia é discutida desde a sua origem etimológica, passando pelo sentido que lhe foi atribuído por de Thomas Moore, até a ideia de algo que dá razão de ser às "lutas, às organizações e [às] mobilizações sociais" (SCHMIDT, LIMA & SECHIM, p. 17, 2010).

Para além da utopia individual, é necessário um repensar desse conceito na coletividade. Para isso, um diálogo com Medeiros (2007) é fundamental. Em sua tese, o autor faz o relato da luta pela terra levada a cabo pelo grande ecologista que foi Chico Mendes e reflete sobre a dimensão coletiva dessa luta. Para Sato e Passos (2006, p. 23), essa dimensão utópica, retomando "o conceito de heterotopia de Foucault", demonstra a dimensão da revolução coletiva.

Desse modo, pergunto se o projeto de campo, de vida dos jovens agricultores/as traz esta heterotopia: será que o Desenvolvimento Sustentável estaria voltado para essa heterotopia coletiva e/ou utopia individual dos seres humanos inseridos na realidade do campo? O Projovem Campo afirma como um de seus princípios que a Educação é uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Será que devemos adotar a expressão "Educação para o Desenvolvimento Sustentável", em detrimento da Educação Ambiental? Meira e Sato afirmam (2005):

> Na mudança de lentes para um olhar mais crítico, acreditamos que exista uma luta simbólica de campos ideológicos na apropriação do conceito de sustentabilidade. Não há dúvidas que a Educação Ambiental, como todo campo do conhecimento, tem limites e potencialidades.

Na demarcação conceitual, retomo Medeiros (2007), que recorre ao próprio processo histórico do movimento ecologista e da Educação Ambiental ao se perguntar "somos todos iguais?" (ecologistas, movimentos ambientalistas e setores tradicionalmente oponentes). O autor afirma que é preciso uma radicalidade: ir à raiz, para saber com quem ou contra quem estamos dialogando, já que:

> Fato é que sujeitos e segmentos intitulam-se ambientalistas desde que os seus trabalhos, seja de manejo florestal, seja no tratamento de madeiras, seja nos negócios do *agrobusiness*, ou até no ceticismo das ciências através da estatística, conservem uma face ambiental (MEDEIROS, 2007, p. 100).

Na clareza do "com e para quem" e do diálogo e na afirmação da Educação Ambiental como processo de Educação transformadora e ato político, o debate sobre a diferenciação conceitual entre Desenvolvimento Sustentável e Sociedades Sustentáveis se concretiza pelo processo histórico e pela luta do movimento ecologista e do ambientalismo. Assim, Sato (2008) não só recupera este processo histórico, mas também delimita as diferenças conceituais entre ambos, refletindo sobre a própria origem da expressão "desenvolvimento sustentável", que foi cunhada:

> Em 1987 pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDMA) lançava o relatório Nosso Futuro em Comum, e um novo conceito era incorporado ao mundo: desenvolvimento sustentável. Suas definições são confusas, genéricas e padronizantes, pois o discurso é apropriado por vários sujeitos que se intitulam "ambientalistas" (em contraponto aos "ecologistas"), de esquerda ou de direita, de várias organizações, governamentais ou não, e de políticas públicas, tanto participativas quanto em forma de pacote (SATO, 2008, p. 3).

Se o termo "desenvolvimento sustentável" surge com divergências se há falta de clareza nas definições, por outro lado, está claro que a sua apropriação ocorreu por instituições e organismos que, muitas vezes, ou quase sempre, estão longe dos movimentos sociais. Destaca-se a proposta da UNESCO de lançar a "Década para o Desenvolvimento Sustentável" (2005-2014).

> Visitando a página do Fundo Monetário Internacional (FMI), encontraremos um link educativo. Apertando neste link, estaremos visitando a página do Banco Mundial, cujas proposições educacionais se ancoram na década da UNESCO. Mera coincidência, ou ideologia explícita? Este enfoque de múltipla interpretação, o desenvolvimento sustentável, parece ser plataforma de vários organismos aliados aos fenômenos da globalização do mercado, da lógica reducionista e da hegemonia presente nos discursos e orientações internacionais que mascaram a regionalidade e a dinâmica particularizada, de igual importância ao processo educativo (MEIRA & SATO, 2005, p. 4).

Os autores afirmam que o desenvolvimento sustentável pode ser esta corrente conceitual que hegemonicamente se propõe como única política e, pior ainda, se populariza e chega às falas e aos discursos cotidianos. O mesmo acontece com o termo "sustentabilidade". Talvez por isto o Caderno do Projovem Campo o tenha adotado. Desse modo "lutar para não ser levados pela correnteza parece ser o grande desafio que se estabelece especialmente nesta década" (MEIRA & SATO, 2005, p. 4). A diferenciação conceitual entre os termos é urgente para a demarcação dos territórios.

A seguir apresentamos a Tabela I: Sustentabilidade como síntese e diferenciação dos conceitos em torno do desenvolvimento sustentável e de sociedades sustentáveis.

**TABELA I: Sustentabilidade (MEIRA & SATO, 2005)**

| | Desenvolvimento Sustentável | Sociedades Sustentáveis |
|---|---|---|
| **Origem** | Comissão Mundial de Meio Ambiente e Educação | Pacto de Ação Ecológica da América Latina |
| **Discurso** | Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO | Movimentos sociais organizados, redes de organização social |
| **Protagonismo** | Empresas, tomadores de decisão e formadores de opinião (governança e multisetorialidade) | Comunidades participativas em diálogos abertos (movimentos sociais e cidadania) |
| **Definição** | Generalista, globalizante e indefinida | Particularizada, autônoma e política |
| **Ênfase** | Economia, sociedade e ambiente | Justiça ambiental, inclusão social e democracia |
| **Indicadores de qualidade de vida** | Linha de pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) | Linha de dignidade (qualitativo) |
| **problema central** | Densidade demográfica e impactos ambientais | Exclusão social e impactos ambientais |
| **Propostas** | Tecnologias limpas, livre mercado e democracia formal | Políticas Públicas, mercado regulado e democracia real |
| **Conhecimento** | Técnico científico | Múltiplos saberes |
| **Educação** | Educação para o Desenvolvimento Sustentável - EDS por 10 anos | Educação Ambiental - EA permanente |

Ao explicitar os conceitos, quero demonstrar que todo processo da Educação do Campo, em comunhão com o aprendizado da Educação Ambiental, deve, na sua proposta, defender a construção de sociedades sustentáveis. Essa construção inclui também uma Agricultura Familiar Campesina e Agroecológica. O eixo articulador de todo o processo formativo do Projovem Campo, na sua dimensão curricular, deve não só estabelecer os diálogos de saberes e fazeres de cada território biorregional, como ser pauta de luta e de reivindicações para que a Educação do Campo seja evidenciada em suas dimensões: identidade, territorialidade, políticas públicas.

> Não temos mais certeza do que significa "ambientalismo" e no mar de incertezas e do caos, a busca de uma **identidade** – é emergencial, assim, explicitar nossas escolhas e identidades que constroem nossos desejos e certamente eles se enraízam no marco do **ecologismo político**. Se a infiltração de segmentos tradicionalmente não ambientalistas ocorre de forma sistêmica nos espaços conclamados por nós, é preciso reconhecer que, mais do que nunca, é preciso reafirmar as opções e identidades ecologistas para combater o germe contraditório que oculta os desejos de construção/destruição planetária (MEDEIROS, 2007, p. 102. Grifo nosso).

Talvez, com essa reflexão, ousemos pensar que os/as educadores/as do Projovem Campo, que, para além de aparatos burocráticos e técnicos da governabilidade (da boa execução ou não do processo formativo), tenham em si a governança das políticas públicas, apropriando-se dos conceitos e das dimensões citadas. Pelas suas matrizes pedagógicas, esses profissionais desenvolvem nos seus currículos os seus projetos de sustentabilidade e de campo.

> A identidade da EA quer seu direito de humanização e renovação na construção de sociedades sustentáveis porque buscar reafirmar os arranjos políticos da luta ecológica na vontade de promover a inclusão social, a justiça ambiental e a proteção ecológica. Em especial, no cenário brasileiro, é preciso buscar a insaciável fome de justiça social reconhecendo a exuberância da beleza que os sistemas naturais nos proporcionam (MEDEIROS, p. 102, 2007).

O currículo vivido (processo formativo), como construção identitária e conceitual, passa pela construção fenomenológica[6] da experiência até a cons-

[6]Na sua tese Senra (2014) defende uma Educação Ambiental Campesina ancorada na base filosófica da Fenomenologia na compreensão do processo dialógico entre Instituição de Ensino Superior – IES e movimentos sociais do campo e que somente na trajetória, no percurso, naquilo que é vivido-experienciado se torna um currículo fenomenológico, para além do currículo formal, escrito e estático enquanto proposta.

trução do currículo como o espaço da territorialidade do campo. Quero ir além do que é preconizado no "currículo oficial" e no PPC da Especialização "Projovem Campo: Saberes e Fazeres da Terra" (JOERKE, 2008), da forma como foi escrito o mesmo. As teorias do currículo preconizam que todo currículo é uma relação de poder, pois ao optar (selecionar) por um conceito e não outro, há aí de uma maneira explícita, ou não, de uma relação de poder (MOREIRA, 1997).

Sendo assim, o currículo pensado (oficial) e o seu desdobramento nos processos formativos, principalmente aquele interpretado no período durante o qual estive à frente da execução do projeto, representam para nosso trabalho como este segundo desafio da governabilidade e da governança. Sem me debruçar tanto sobre o PPC do Projovem Campo, mas tentando evidenciar justamente a diferença entre determinados conceitos elucidarei algumas contradições no PPC (aparatos burocráticos, conceituais e técnico-pedagógicos, que estamos chamando da "governabilidade do projeto"; resultados da governança do currículo vivido; possibilidades do processo formativo).

Afirmo que a instituição em questão (IFMT - Campus São Vicente), ao trabalhar com a Educação do Campo, deveria dialogar com os movimentos sociais do campo, fortalecendo a dimensão da identidade e também "os arranjos políticos da luta ecologista" (MEDEIROS, 2007) e as lutas campesinas no estado mato-grossense. Mais uma vez, o PPC do Projovem discorre sobre as Entidades Parceiras. Além do próprio Campus e das secretarias municipais e estaduais, estariam incluídos como parceiros "os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Associações de Produtores Rurais Locais, as Cooperativas de Produtores Rurais, e outras organizações sociais presentes na área de abrangência desse projeto" (JOERKE, 2008).

A inserção dos sindicatos, associações e cooperativas de produtores rurais para as parcerias dentro da Educação do Campo é vista como potencialidade e com bons olhos. Começo esta discussão sobre o currículo e sobre alguns conceitos, como sustentabilidade, para diferenciar as raízes epistemológicas dessas instâncias e a apropriação conceitual indevida, por setores hegemônicos, que pensam o campo e o ambiente apenas como espaço a ser explorado.

Ao usarmos “organizações sociais” e não movimentos sociais, mais uma vez corremos o risco de que os projetos realizados para os camponeses, agricultores familiares sejam usados e executados de qualquer maneira (resquício da Educação Rural) ou sejam apropriados pelos grupos hegemônicos do campo.

O Serviço de Aprendizagem Rural[7] (SENAR) é uma organização social e explicitamente está a serviço não dos trabalhadores rurais, mas fundamentalmente dos setores patronais e que representam o agronegócio no estado de Mato Grosso.

Ao pensar um currículo, um curso, o IFMT - Campus São Vicente, que pelo seu processo histórico sempre esteve voltado para a Educação profissional e para a agropecuária dentro do estado, ao trazer essas contradições no PPC do curso, não estaria mais uma vez demonstrando que o seu caráter tecnicista, marcado por uma política neoliberal, não foi superado? Se todo currículo é uma relação de poder, não devemos acreditar que a opção pela expressão “organizações sociais”, em vez de “movimentos sociais”, não é por acaso – é proposital.

Outra contradição do PPC do Projovem está no item sobre a “Responsabilidade e Atribuição” de cada entidade parceira, que aparecem agora sob a denominação de “Movimento Social”. Nesse item, são elencados apenas os sindicatos, as associações e as cooperativas como sendo as entidades que representam os movimentos sociais do campo. Além das contradições em torno do conceito, as responsabilidades e atribuições dos movimentos são explícitas no que tangem o acompanhamento na implantação do projeto e na atuação em todas as fases de aplicação.

Contudo, no Colegiado de Curso, instância coletiva e de deliberação máxima sobre a especialização em questão, não são citados as entidades e os movimentos, apenas os discentes da especialização. Conforme afirma Medeiros (2007),

[7]O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Acessado em: http://www.senar.org.br

> Na era da globalização, as identidades tendem a ser varridas em nome do comum e os padrões genéricos estabelecidos pelas Ciências Modernas. Compreendemos que esses modelos, ou paradigmas, devem ser repensados à luz do que chamamos de empoderamento político e sustentamos que na aprendizagem da EA é preciso construir uma comunidade participativa desde as suas diferenças. Buscamos construir uma EA como mediadora dos processos de aprendizagens, por não perder a noção da complexidade exigida por essa Modernidade Tardia. Literalmente, ao degustar os conflitos, poderemos saborear outros temperos.

Como é notório, o PPC do Projovem Campo, em sua elaboração, apresenta diversas contradições. A propósito do cotejo entre esses diferentes conflitos, quero, a partir dos desafios da governabilidade e da governança (da gestão e execução do projeto), discorrer sobre o processo educativo como práxis da Educação do Campo. O currículo, indo além dos muros escolares, abandona o "conteudismo" para se transformar em um currículo da terra, que tem uma ligação profunda com a vida das escolas-comunidades. Segundo Alves (2008),

> Quando o conhecimento é vivo, torna-se parte do nosso corpo. A Educação acontece quando vemos o mundo como um brinquedo, e brincamos com ele como uma criança brinca com a sua bola. O educador é um mostrador de brinquedos.

Ao abordar as teorias do currículo na Educação, pode-se perceber esse aspecto de diversas maneiras, pois o currículo possui um caráter histórico e é influenciado pelas várias tendências pedagógicas. Moreira (1997) disserta sobre o processo histórico do currículo, que vai da concepção tradicional à Escola Nova e tecnicista, sendo a última a que mais se destacou no nosso país.

Talvez isto elucide o fato de se pensar o currículo como "algo dado e indiscutível" pronto e acabado (SILVA, 1995). Muitas vezes, ao elaborar o currículo de nossas escolas, começa-se sempre pelo documento escrito, elaborando o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Merecem destaque o papel e a técnica e como esta se desdobra da base nacional comum de disciplinas para o PPP. No plano do professor, usa-se o livro didático como única fonte de informação e conhecimento. Esse tecnicismo, essa linearidade que começa "de cima para baixo", começo e fim, sem significado, apenas para cumprir aspectos técnicos, muitas vezes deixa de lado o fundamental da Educação, que é o pedagógico. A Figura a seguir tenta elucidar um pouco esta construção curricular linear, tradicional.




**Figura II: concepção de currículo tradicional (SENRA, 2014)**

Tanto a Educação do Campo quanto a Educação Ambiental convidam a fazer o caminho inverso. Para além da produção e reprodução do currículo das escolas, a propositura de ambas as educações é a de que, partindo da realidade, do contexto, da significação destes inúmeros "mundos", coletivos e comunidades, conseguirão elaborar pelo Currículo vivido (da terra), um Currículo da Vida. Ou seja, pelo planejamento do professor/a, educador/a, em conjunto e de forma problematizadora e contextualizada com a realidade, chega-se aos temas geradores, às temáticas e conhecimentos que nos indagam, ao planejamento participativo e democrático. A coletividade de educadores/as e a comunidade construirão o PPP da escola que formará o currículo.

A Figura III tenta demonstrar o que estamos chamando de "trilha da esperança" da proposta curricular do Projovem Campo, o que se aproxima muito dos sonhos e desejos de se fazer/projetar um currículo no seu percurso. Na perspectiva do que Passos & Sato (2002) chamam de "currículo fenomenológico". Portanto, o currículo jamais poderá ser algo linear, com começo-meio-fim, conteudístico e bancário (FREIRE, 2000), deve ser antes algo inserido na espiral de possibilidades dos vários caminhos, das trilhas camponesas, das trajetórias, nos quais os corpos camponeses constroem e reconstroem os seus fenômenos educativos, mesmo que incompletos.

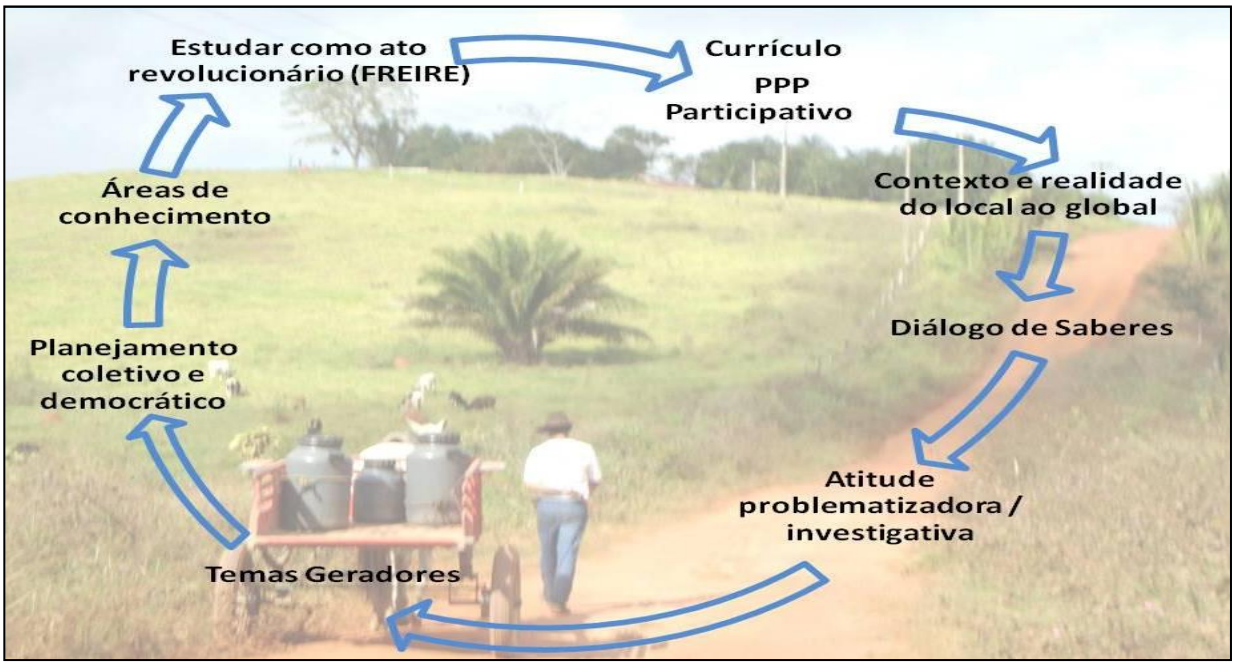



**Figura III: trilha da esperança: o currículo do Projovem Campo (SENRA, 2014).**

Lembrando que as referências de identidade, Educação do Campo, Educação Ambiental crítica, saberes, trabalho, conhecimentos, místicas, culturas, terra e diversidades irão compor o currículo, em diálogo com as áreas do conhecimento científico, conforme as metodologias próprias para cada situação.

Os/as educadores/as do Projovem Campo demonstraram claramente conhecer – e bem – o lócus de atuação e a realidade na qual se inserem. As evidências estão nas sistematizações de cada grupo de trabalho e no decorrer do Eixo VI: "Desenvolvimento Sustentável" e do Eixo V: "Economia Solidária".

A construção do currículo do processo formativo do Projovem Campo se materializa ainda nos GTs pela dinâmica de mapeamento (diálogos e experiências sobre as temáticas), dificuldades encontradas e táticas de superação.

Mapear e sistematizar, conforme a tabela a seguir, os empreendimentos de economia solidária, as associações e as cooperativas, entre outros agentes, são ações que vão muito além de demonstrar que os professores-educadores do Projovem Campo são oriundos da própria comunidade-território no qual estão inseridas as escolas do/no campo. Demonstra claramente também que, mesmo não sendo da comunidade, morador do assentamento-território, estes/as educadores/as são profundos conhecedores da realidade local e se

identificam com o lugar. Isso favorecerá uma perspectiva de valorização da cultura-ambiente local e promoverá um profundo respeito pelos sujeitos do campo.

**TABELA II: Sistematizações do EIXO V: Economia Solidária (SENRA, 2014)**

| **MAPEAMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS OU CONGÊNERES: RELATO DE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS** | | | |
|---|---|---|---|
| **Empreendimentos** | **Ações Sociais** | **Dificuldades encontradas** | **Táticas de Superação** |
| COOPERATIVAS**:**<br>COMPRUP;<br>COOPERGUARANTÃ;<br>CIRA BS;<br>COOPERAGRILTOR;<br>COOPERMATUPÁ;<br>COOPERNOVA;<br>COOPERVAM;<br>COOPERAGREPA;<br>CONAB;<br>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS;<br>COOPERTIVA;<br>COMPRUP;<br>COOPERGUARANTÃ;<br>CIRA BS;<br>COOPERATIVA COQUEIRAL;<br>COOPERAGRILTOR.<br>**ASSOCIAÇÕES:**<br>SÃO BENEDITO;<br>DE MULHERES;<br>ADESGLED;<br>DOS CHACAREIROS;<br>AGRIPAC RENASCER;<br>AMCAM; | Festas Comunitárias<br>Festas Religiosas<br>Feiras livres<br>Mutirões<br>Troca de dia<br>Roças coletivas;<br>Ações beneficentes | Decadência da produção<br>Ingerência (mau planejamento)<br>Má fé (gestores)<br>Problemas políticos<br>Falta credibilidade<br>Divisão | Criar uma organização formal dentro das práticas da economia solidária;<br>Formar cooperativa dentro das práticas de economia solidária;<br>Reorganizar dentro dos princípios de economia solidária;<br>Trabalhar em rede dentro dos princípios da economia solidária;<br>Buscar parcerias com os princípios de economia solidária;<br>Expandir a ideia de empreendedorismo;<br>Aumentar o número de sócios;<br>Fortalecer a cadeia produtiva local;<br>Inovação tecnológica;<br>Abranger mais pessoas e produtos;<br>Articulação política;<br>Mobilização social;<br>Controle social;<br>Movimentos sociais;<br>Sensibilização;<br>Re-união (reorganização);<br>Formação de lideranças (politização e instrumentalização);<br>Autoestima; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| APROVILA;<br>AMOVILA<br>FEIRA LIVRE: VENDA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS ;<br>ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE LEITE APROLEC;<br>PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE *IN NATURA*;<br>CEREAIS (FEIJÃO,ARROZ E MILHO);<br>ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AMCAM;<br>ASSOCIAÇÃO ADSGLED;<br>ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR. | | Falta de informação<br>Degradação ambiental e do território | Assistência técnica;<br>Conhecimento da legislação vigente;<br>Abastecimento local e regional. |

Essa dinâmica de troca de conhecimentos e saberes serve para evidenciar a dimensão social e ambiental em cada localidade e comprovar as potencialidades e limitações de cada singularidade, em uma busca de sociedades sustentáveis. Tal postura coloca em prática também a dimensão integradora do currículo do Projovem, no qual há o diálogo de saberes, tanto do conhecimento científico quanto do conhecimento popular.

Se o objetivo maior do Projovem Campo é fomentar uma "nova cultura no campo", a produção da agricultura familiar de base agroecológica contribui para o alicerce da sustentabilidade ambiental, das comunidades e dos camponeses. Pelas sistematizações dos GTs, é possível demonstrar quais aprendizados foram significativos e quais os arranjos produtivos locais e de caráter da economia solidária existem em algumas localidades-comunidades nas quais o projeto se inseriu.

## Considerações finais

Por um lado, as sistematizações aqui tecidas demonstram o que está posto; por outro lado, podem representar as potencialidades do devir (de um futuro projeto de intervenção) do campo. Para que esse projeto se concretize, é fundamental ressaltar a importância da militância e do comprometimento com

as questões ligadas ao campo, às questões socioambientais e a uma Educação transformadora.

> Defendemos que o meio rural precisa de uma EA específica, diferenciada, isto é, alternativa, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que moram e trabalham no campo. A EA rural necessita insurgir numa perspectiva revolucionária (ZAKRZEVSKI, 2004, p. 84-85).

Nessas entranhas da Educação Ambiental e do Campo, o debate curricular tem sido pensado a partir de um processo educativo que considera a bioregião na qual cada comunidade-escola e assentamentos estão inseridos. É nessa perspectiva que defendemos a proposta do Projeto Ambiental Escolar Comunitário (PAEC) (MATO GROSSO, 2004), que amplia a atuação da escola com a comunidade e consegue se materializar, entendendo que:

> A força que o território, a terra, o lugar tem na formação social, política, cultural, identitária dos povos do campo. Sem as matrizes que se formam sem entender a terra, o território e o lugar como matrizes formadoras, não seremos capazes de tornar a escola um lugar de formação. A articulação entre o espaço da escola e os outros espaços, lugares, territórios onde se reproduzem, será difícil sermos mestres de um projeto educativo (ARROYO, 2007, p. 163).

Nesse sentido, percebe-se que tanto a Educação Ambiental, na relação escola-comunidade pelo PAEC, quanto o Projovem Campo contribuem para o debate (inconcluso e inacabado) sobre um currículo da Educação do Campo. Esse currículo deve privilegiar uma Educação dialógica entre instituições formadoras e os movimentos sociais do campo. O objetivo é assegurar não só o direito ao acesso à Educação, mas também o modo próprio dos camponeses e das camponesas de fazer Educação.

## Referências

ALVES, Rubem. **O Educador, de alguma forma, é um mostrador de brinquedos**. Revista Educação – Edição 130 - 02/2008.

AMOS, Karin. **Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na Educação comparada**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n. especial, p. 023-038, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. In: Caderno Cedes, Campinas, vol.27, n.72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br.

BRASÍLIA. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASÍLIA. **Projeto Base: Projovem Campo – Saberes da Terra** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Edição 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo.** Roteiro de exposição para o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) realizado em Luziânia, GO, de 2 a 5 de outubro de 2007. Arquivo em PDF (9 pág.).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. – São Paulo: Editora Unesp, 2000.

JABER, Michelle; SILVA, Regina Aparecida da ; SATO, Michèle ; PALMA, S. . **Um olhar sobre a Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso**. In: Ministério da Educação/SECAD. (Org.). Educação Ambiental e mudanças ambientais globais - Conteúdo Local. : , 2009, v. 01, p. 11-34.

JOERKE, Gabriel Antonio Ogaya. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em EDUCAÇÃO DO CAMPO - SABERES E FAZERES DA TERRA**. IFMT - *CAMPUS* SÃO VICENTE, agosto/2008.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. **Projeto de Educação ambiental - PrEA: projeto ambiental escolar comunitário – PA-**

**EC** / Secretaria de Estado de Educação – Cuiabá: Tanta Tinta, 2004. 104p. (Série Caderno, 4).

MATO GROSSO. **Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais** / Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC-MT. Cuiabá, 2010.

MEDEIROS, Heitor Queiroz de. **Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes** / Heitor Queiroz de Medeiros. -- São Carlos : UFSCar, 2007.182 f. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. **Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza**. Revista de Educação Pública, v.14, n.25, 17-31p., 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; ROCHA, Eliene Novaes. **Mesa Redonda: Política de Educação do Campo: percurso e momento atual**. In: Reunião Ampliada/Oficina Planejamento do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, dias 13 e 14 de junho de 2013, Brasília-DF.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa, **1945-Currículos e programas no Brasil**/ Antonio Flavio B. Moreira. –3ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1997—Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico.

MCLAREN, Peter. **A VIDA NAS ESCOLAS: UMA INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA CRÍTICA NOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO.** / Peter Mclaren; trad. Lucia Pellanda Zimmer... [et al.]. – Porto Alegre: Artes Médicas, 2ª ed., 1997.

PASSOS, Luiz Augusto. **Aguaçu na dança do(s) tempo(s) e a Educação da escola: tempora, o mores** / Luiz Augusto Passos. – Cuiabá: Instituto de Educação, 1998. (tese de doutorado).

PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. "**Educação Ambiental: o currículo nas sendas da fenomenologia merleau-pontyana"**. In SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel et SATO, Michèle (dir.) *Sujets Choisis En Éducation Relative À L'environnement - D'une Amérique À L'autre*. Montréal: Ere-Uqam, 2002a, tome i: p. 129-135.

SATO, Michèle. **Em busca de sociedades sustentáveis**. Pátio - Revista Pedagógica: Educação para o desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: ano XII, mai/jul, 2008, p. 55-59.

SATO, Michèle. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização: Educação Ambiental Campesina**. UFMT, Cuiabá- maio/2011.

SENRA, Ronaldo E. F.; SATO, Michèle; OLIVEIRA, Herman Hudson de. **Projeto Ambiental Escolar Comunitário - PAEC**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

SENRA, Ronaldo E. F.; SATO, Michèle. **PROJOVEM CAMPO - MT: DESAFIOS ENTRE A GOVERNABILIDADE E A GOVERNANÇA**. In: CONPeduc 2013 - Congresso de Pesquisa em Educação 2013: Tempos de vida, cultura e Educação. Rondonópolis-MT, UFMT, 2013.

SENRA, Ronaldo E. F.; **EDUCAÇÃO DO CAMPO NO IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE: desafios da construção de uma Educação dialógica**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2014.

SENRA, Ronaldo E. F.; SATO, Michèle; MELLO, G. J. ; CAMPOS, A. G.. **Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: um estudo de caso no IFMT**. In: Revista Educação e Realidade Edição eletrônica, p. 605 / n.2-626, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Os novos Mapas Culturais e o Lugar do Currículo numa Paisagem Pós-Moderna**. In: Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. / Tomaz Tadeu da Silva, Antonio Flávio Moreira (orgs). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.p.184-202.

SCHIMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de O. S; SECHIM, Wanessa Z. **Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial: caderno pedagógico educadoras e educadores** / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

TRISTÃO, Martha. **Um olhar sobre a Educação Ambiental no Brasil**. In: Processo formador em Educação ambiental a distância: módulo 1 e 2: Educação a distância, Educação ambiental. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

THERRIEN, Jacques. **A Professora Rural: o saber de sua prática social na esfera da construção social da escola no campo**. In: Educação e escola no campo / Jacques Therrien, Maria Nobre Damasceno coords. – Campinas: Papirus, 1993. – (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi. **Por uma Educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural**. In: Revista brasileira de Educação ambiental/Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 0 (nov.2004). –Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. p. 79-86.